

Marcas Autoritárias

AS marcas deixadas pelo autoritarismo nos costumes públicos vão se destacando à medida que o seu poder é desmontado. Até o Congresso apresenta cicatrizes no comportamento afeiçoado a privilégios, que começam a emergir dos 20 anos em que foi apenas um Poder sem poder político, mas não impedido de se conceder favores e privilégios.

O Congresso não exerceu poder de decisão nacional, mas não sai imaculado para a luz do novo dia. Vem comprometido pelo embotamento de senso moral. A quantidade de seus funcionários excede afrontosamente a qualquer justificativa baseada na necessidade de trabalho ou de assessoramento. No Senado a proporção é assustadora: nada menos de 46,8 funcionários para cada um dos 69 Senadores. Na Câmara a proporção é de 9,7 funcionários para cada um dos 479 Deputados. O Congresso, sem ter leis a fazer nem decisões a tomar, elevou seu quadro para 9.584 servidores.

A mordomia à sombra do autoritarismo não é tudo que respinga também a credibilidade do Congresso. O empreguismo é o outro lado da mesma moeda. Entende-se melhor porque a representação política foi tão parcimoniosa na anatomia dos abusos que o Executivo praticou com impunidade mas sem exclusividade: o Senado e a Câmara foram sócios minoritários do mesmo estado privilegiado de espírito.

Diz o Vice-Presidente eleito, José Sarney, que “a mordomia é a filosofia de que o poder é uma festa. E isto não pode continuar. O poder não é uma festa”.

Torna-se indispensável acabar até com a festinha escondida que o Congresso promoveu. Não tinha poder para decidir, mas isto não lhe dava autoridade para privilégios. A mordomia — do Executivo ou do Legislativo — não é apenas uma ofensa social. O empreguismo do Congresso é uma afronta ao sentimento democrático, porque o concurso para o acesso a cargos públicos é uma conquista política e um direito dos cidadãos. A estatística das nomeações na Câmara e no Senado tem uma taxa de apenas 5% de concursados.

O poder não é uma festa — como lembra o Vice-Presidente eleito — e sim uma grave responsabilidade. A festa acabou, é hora de seriedade e trabalho. Não basta lastimar a mordomia do Executivo e invectivar o autoritarismo nefasto. É preciso que o Congresso se dispoña a fazer a ablação do tumor moral, de que ostenta no mínimo sinais de metástase. Não adianta se defender com o volume de suas facilidades de vida comparadas aos privilégios do Executivo. Não é uma emulação saudável, nem ética. Os exemplos são deletérios porque não é uma questão de quantidade. O Congresso é um poder eletivo, portanto devedor de maiores satisfações e exemplos à sociedade.

Pela necessidade e urgência ressalta a mudança de comportamento por parte do Congresso: a eleição das Mesas diretoras das suas duas Casas é a primeira oportunidade de ser pago o sinal da dívida moral: a direção da Câmara e do Senado também não dá direito a uma festa permanente. A mordomia burocrática e turística — passagens aéreas, motoristas, nomeações, requisições, favores que se acentuam ostensivamente para os dirigentes das duas Casas — é uma afronta ao eleitorado.

O poder, por não ser uma festa, impõe o dever da austeridade. No mínimo, o exemplo. Pior do que as vantagens acumuladas em cascata ociosa pela representação política nacional é a identidade que faz o Legislativo se parecer tanto com o Executivo, depois de 20 anos de autoritarismo. A imprensa só encontrou dificuldades até que o Senador Henrique Santillo, membro da Mesa, explodiu a caixa de segredo: insistia a burocracia parlamentar em sonegar ao conhecimento público números que só dizem respeito à segurança moral.

A festa acabou. Chegou a hora em que o Congresso terá que trabalhar, na ação legislativa e no exemplo político. O Congresso não é um poder oculto ou camuflável: ou se mostra interessado em ajudar a fazer uma democracia ou os democratas se desinteressarão dos congressistas, desatentos politicamente e insensíveis moralmente.